

CAMPESINATO & SOCIEDADES CAMPONESAS



A DEFINIÇÃO DO CAMPONÊS

A palavra Camponês, tem diversas significações para além da visão Marxista de compreensão do trabalhador do campo. Segundo Teodor Shanin: Em a definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações – O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. Tinha ao menos seis definições para a palavra, dentre elas destacamos: vilão; rustico; demônio; ladrão; bandido e saqueador. Para Shanin Camponês é uma Mistificação; pode-se até exagerar com terminologias fastidiosas em que longas palavras são usadas e que também poderiam ser descartadas dada a ficção da palavra. Para começar: “Camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico... podendo dentro da mesma aldeia, o rico é o pobre, o proprietário de terra, arrendatário, o chefe de grupo doméstico”. Shanin, sustenta que uma conceituação mais estrita no contexto social, vai esclarecer isso, tomando alguns exemplos, em diferentes períodos: “...seja na Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado na Taizania, no Punjab mercantilizado hoje ou na Geriza produtora de Algodão para a indústria”. O autor vai dizer que o marxismo acadêmico tem exercido papel importante, e cada vez mais significativo, nessas considerações. “Novos insights e nova força de debate tem oferecido oportunidade de reconsiderar tanto o pensamento dos estudiosos como da sociedade”. Shanin ao citar Redefield sobre a ‘cultura camponesa’ como algo genérico, vai afirmar que o camponês, como um “modo de vida”; “representam bem um sentimento amplamente difundido entre a maioria daqueles que estudam o camponês de modo sistemático e comparativo”. O florescimento de “estudos camponeses”, nos anos 60, estava vinculado a novas tentativas de definir o camponês pela exploração da lógica estrutural subjacente à sua “camponesidade”.

[...] “Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. Sem dúvida, as teorias de mudança estrutural têm sido corretamente expressas no quadro de referências, mais amplo que o campesinato, das sociedades nacionais ou dos sistemas internacionais. Ao mesmo tempo, a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem. Por exemplo, a comercialização tem resultado, em geral, inicialmente em um estágio de “agriculturação” do camponês, fazendo com que suas tarefas não-agrícolas anteriores sejam assumidas pela produção industrial em massa (enquanto os aldeões são, frequentemente, jogados nas redes de exploração de empresas agrícolas capitalistas, de vários tipos). Do outro lado, a coletivização levou a uma variedade de padrões especificamente camponeses e de ação e reação, por exemplo, os padrões diferenciais de produção no terreno doméstico em oposição à área coletiva e seu impacto sobre as atuais esferas sociais da agricultura.¹¹ Pode-se também mencionar, aqui, a recorrente surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não-desaparecimento”) e, mesmo, a “recamponesação” de algumas áreas”. [...] “Por exemplo, não foi sequer considerado o impacto do comércio internacional e da economia política global sobre os rumos básicos do desenvolvimento da agricultura camponesa. Observando “pelo lado contrário”, o impacto das histórias específicas dos camponeses sobre as sociedades, das quais fazem parte, foi totalmente negligenciado. Finalmente, a forma como foi apresentada a problemática da incorporação societária dos camponeses sofre de todas as limitações essenciais concernentes à história, a que já nos referimos, e às quais pode ser acrescentado um toque de “provincianismo”, no sentido de uma tendência a abordar qualquer problemática, por assim dizer, apenas do camponês “para fora”.

Finalizando sobre alguns conceitos e regras básicas da palavra camponês. Shanin, vai dizer que nenhum conceito deve ser seletivo:

[...] “a) Nenhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade; [...] “(b) Nenhum conceito deve ser revogado por razões puramente dedutivas e/ou lógicas, sem uma investigação exaustiva dos insights sobre a realidade, que podem ser perdidos por tal desconceituação e/ou a adequação de formas alternativas de lidar com esses insights; [...] “(c) Nenhum conceito deve ser revogado para se adequar a uma simples divisão de conceitos em “nossos” se situam em um mundo asséptico, livre de qualquer mistura alienígena. As preocupações e descobertas marxistas devem ser reconhecíveis, tanto nos fatos quanto na problemática, pelos analistas não-marxistas genuínos, e vice-versa, exceto as diferenças profundas. Dentro do próprio marxismo, o purismo dedutivo destrói os vínculos com a realidade, que é mais rica que qualquer conceituação. Devemos evitar em particular as oscilações da moda, que levam ao esforço de ser um marxista de acordo com a última delas. Como no sexo, quanto menor o esforço, melhor o desempenho”. [...] “Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou.

Camponês como uma moda, um significado político do conceito, garantiu uma periodicidade de seu próprio uso, sempre refletindo a história social em sentido amplo, mas também uma dinâmica específica do pensamento acadêmico.

[...] “Ocorria uma insurreição no que pode ser grosseiramente chamado de primeiros estágios da industrialização e da transformação capitalista da Europa Central e Oriental, isto é, nas sociedades situadas na periferia próximas às origens do capitalismo. Estava relacionada à rápida industrialização, à ascensão dos movimentos nacionalista, populista e socialista, e assim por diante. Começou na segunda metade do século XIX e produziu, até o começo do século XX, a maioria dos instrumentos conceituais e ideológicos relevantes de que hoje dispomos. Grande parte disso chegou ao pensamento “propriamente ocidental”, através da mediação de europeus da Europa Central e Oriental que escreviam em inglês (por exemplo, Marx Znaniecki, Weber e Sorokin) ou ainda através de traduções (por exemplo, Weber, Lênin e Chayanov). A insurreição chegou a um fim abrupto e dramático, durante a década de 1920/30, derrubada pelas repressões bem como pelo avanço das entrelaçadas ideológicas e políticas do nacionalismo militante e pela rápida industrialização, que situou os camponeses no lugar onde estavam a bruxaria e o rústico, isto é, fora do alcance das preocupações intelectuais e políticas progressivas”.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo etnográfico: Campesinato e Sociedades Camponesas. Tem o objetivo da apresentação de 'Trabalho Final' da Disciplina: MNA 804 – Sociedade Camponesas, realizadas no primeiro semestre de 23, no Museu Nacional/ UFRJ/ Quinta da Boa Vista S/n; às 5ª feira das 13:h30 16h30; dialogadas durante todo o primeiro semestre de 2023. Com o presente, trazemos ao debate uma síntese das discussões de SOCIEDADES CAMPONESAS; como requisito parcial para aprovação do programa de pós-graduação em Antropologia Social/MN/UFRJ. A Ementa assim define os objetivos do curso: "Para além dos debates em torno de termos como "camponês" e "campesinato" e das implicações teóricas e políticas, que marcam a produção intelectual de diferentes disciplinas especialmente entre os anos 60 e 80 do último século, todo um conjunto de trabalhos empíricos sobre diferentes situações, grupos, sociedades, movimentos sociais, etc. rotulados como "camponeses"; e que tem sido, desde então, desenvolvido por antropólogos e outros cientistas sociais; "e discutir alguns desses trabalhos, tentando verificar em que vêm contribuindo para a redefinição de temas e questões abordados pela antropologia social". Na primeira parte, trazemos as contribuições de Teodor Shanin, sobre a definição do nome Camponês e a ficção da palavra. Na segunda parte: A Morada da Vida de (Heredia, Beatriz), de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Na terceira: Hellen F. Woortmann, em Herdeiros, Parentes e Compadres; o parentesco das chamadas sociedades complexas. Na quarta: James Scott, em as Formas Cotidianas da Resistência Camponesa; o autor, nele buscou revisar algumas teorias clássicas sobre o campesinato que privilegiam as greves, rebeliões, ações contra o estado. Na quinta: ALMEIDA, Mauro, Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. Campesinato. Na sexta: Moacir Palmeira, Feira e Mudança Econômica da Zona da Mata em Pernambuco. Usamos como referência de corpus teóricos e metodológicos: resumo bibliográfico de textos de autores renomados e discutidos em forma de seminários ao longo das quinze aulas.



A MORTE DA VIDA

Na série estudos Sobre o Nordeste, Vol. 7; sobre a Direção de professores renomados como: Francisco de Oliveira; Roberto Matos Martins e Moacir Palmeira. Os mesmos apresentaram o Trabalho publicado da Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em Antropologia Social UFRJ/MN de Beatriz Maria Alasia de Heredia; em A Morada da Vida: "Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil". Os resultados que são expostos são consequências de pesquisa

de campo realizadas com o campesinato marginal a plantation da Zona da Mata em Pernambuco. Que as consequências sócias sofridas por esse campesinato; geraram rupturas existentes na plantation entre os trabalhadores, moradores e proprietários de terras. O que implicou a perda da Casa e das parcelas de terras, que ocupavam dentro das propriedades; impossibilitando o sustento das famílias camponesas. Conta a autora que em face as transformações sócias os camponeses foram transformados

em trabalhadores assalariados; passando a depender das feiras para o sustento e obter os produtos que antes eram proporcionado pela terra. A autora relata na pesquisa que quanto mais investigava os conflitos entre trabalhadores proprietários e camponês, mas ficava evidente a oposição entre unidade de produção e unidade de consumo. O trabalho de campo foi realizado com mais de vinte famílias, com aproximadamente 40 entrevistas; e segunda a mesma, o trabalho foi centralizado na

família como unidade de produção e consumo. (Heredia, Beatriz, 1979), centralizou-se em Boa Vista, a 5 Km de Riacho Doce, sede do município da Zona da Mata Norte, estado de Pernambuco. Tratavam-se de fazendas dedicadas à criação de gado e algumas delas pertenciam a proprietários dos engenhos próximos. Grande parte dos atuais pequenos produtores encontram-se estabelecidos em terras que, no começo do século XX. Sobre Boa Vista a autora assim descreve:

[...] "Boa Vista, na realidade, corresponde a um a grande propriedade existente nas proximidades, mas os habitantes estendem o uso desse nome ao núcleo das pequenas propriedades localizadas ao seu redor. Esse problema de denominação oferece menos dificuldades quando são os foreiros quem se identificam como habitantes de Boa vista, já que trabalham e vivem em terras que pertencem à propriedade que leva esse nome". [...] "Por outro lado, alguns dos proprietários atuais foram, no passado, foreiros da mesma fazenda, "O sistema plantation, especialmente o de velho tipo (Wolfe Mintz, 1957), caracterizou se pela imobilização de recursos como terra e mão-de-obra. Quando a plantation se desenvolveu em regiões nas quais a expansão territorial era possível, como é o caso que e estudamos, essa necessidade de monopolizar recursos foi fundamental como uma forma de impossibilitar o desenvolvimento de outras alternativas econômicas (Prado Jr., 1969). Entretanto, nas zonas marginais à plantation, dentro dos seus limites ou em suas imediações, nas zonas consideradas impróprias à cultura dominante, constitui-se um campesinato "livre". Na verdade, este campesinato, desde seu nascimento e como condição necessária para seu estabelecimento, esteve subordinado à plantation. Cabia aos camponeses abastecer a plantation tanto no que se referia aos produtos para consumo interno dos trabalhadores a e lá ligados, como constituir a reserva de mão-de-obra disponível, de acordo com suas exigências. Nesse sentido a existência desses pequenos proprietários era de grande interesse para a própria plantation. Provavelmente foi esta a origem de alguns pequenos proprietários que encontramos atualmente em Boa Vista. [...] "Parte de uma delas foi vendida no ano de 1928, e comprada de uma só vez, pelos antepassados do atual proprietário da fazenda Boa Vista, constituindo-se assim no núcleo originário da mesma. O resto da propriedade foi vendido em 1939. Essa venda foi efetuada em parcelas, com extensões que variavam entre 5 e 10 hectares. Desta forma, cerca de cinco dos até então moradores da fazenda Boa Vista tornaram-se proprietários. O fato de se tornarem proprietários significou para eles o início dos conflitos com o dono da fazenda, que não só tentou evitar que os moradores saíssem de sua propriedade como também procurou, através de diversos mecanismos, apropriar-se dessas pequenas propriedades e das que foram se formando posteriormente. (Beatriz 1979, p.31,32)

Foto: Arquivo Cooperbio/MPA



Com relação a oposição entre as experiência de vida das unidades familiares, incluindo também as instâncias da vida cotidiana. Beatriz, diz não há dúvida de que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado as atividades que desenvolvem no roçado.



[...] “É importante ressaltar que, quando os pequenos produtores mencionam a casa com o lugar de consumo, estão se referindo especificamente ao consumo alimentício. É por isso que se diz que o roçado possibilita o consumo alimentício queima; que tem lugar na casa”. [...] “A casa é concebida com o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, que em através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema de autoridade doméstica”. (Beatriz 1979, p.78 e 79).

Finalizando a análise dos dados recolhidos pela autora na pesquisa de campo. É possível avaliar possibilidades de fornecer elementos: que permitem destacar os conceitos unidade de produção, e unidade de consumo; e que não são neutros. Para a autora: a análise da relação de oposição casa-roçado: “permite compreender que a posição que cada um dos membros do grupo doméstico ocupa dentro do mesmo, está estreitamente ligada às atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive o cuidado com os animais”. Os produtos do roçado devem ser vendidos; ao mesmo tempo: a venda de um produto é que permite o consumo posterior do mesmo produto em outros diferentes momento. Assim a socialização dos produtos modifica o caráter individual, secundário do coletivo e dos grupos:

[...] “Os filhos são preparados para participar das atividades do grupo doméstico e nesse aspecto adquire importância a presença do roçadinho do qual eles usufruem. A socialização através destes está dirigida, por um lado, para acentuar o caráter de individualidade dos membros, mas ao mesmo tempo, a própria existência do roçadinho assinala a sujeição dos interesses individuais ao interesse do grupo no seu conjunto. O roçadinho está destinado à provisão de certos bens que, não obstante, por serem de consumo individual, são reconhecidos como de caráter secundário com relação aos bens fornecidos pelo roçado, voltados para atender ao consumo coletivo considerado prioritário. [...] “Diante dessa ameaça, o pequeno produtor, como uma forma de assegurar a reprodução da relação casa-roçado, cálculo do dia-a-dia, privilegia o consumo alimentar; ao mesmo tempo, com o já vimos, essa situação de ameaça permeia cálculo a um prazo mais longo. Que está relacionado à distribuição e transmissão do patrimônio. [...] “A Cooperativa fornece ao pequeno produtor elementos para enfrentar a luta a nível econômico. Um exemplo, entre outros, da ação da Cooperativa, é o fornecimento de porcos através do contrato de meia, os quais, como já vimos, são um elemento importante no cálculo do pequeno produtor”. [...] “A ação conjunta, organizada através do mesmo, conseguiu deter a ofensiva dos grandes proprietários. Um exemplo claro é o freio que o Sindicato impõe diante da ameaça de expulsão dos foreiros; uma dessas formas efetua-se através do controle exercido pela sua ação no aumento do foro. (Beatriz 1979, p.154 e 155, 157 e 158).

Frete à ameaça da expropriação, a luta empreendida pelos pequenos produtores de Boa Vista, agrupados em torno do Sindicato... a comunidade adquire um significado especial. A ação organizada contribui para facilitar a reprodução destes pequenos produtores como tais. “Assim, através de diferentes esferas; e de forma coletiva, estes pequenos produtores dão prosseguimento à luta pela sua preservação”.

HERDEIROS, PARENTES E COMPADRES

Em, Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste, de (Hellen F. Woortmann 1995). O presente estudo do parentesco no trabalho da professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Tem grande significado para o estudo da antropologia na contemporaneidade. Diz a autora na Introdução de seu trabalho: “na medida em que a análise das sociedades “primitivas” era considerada sua área de atuação, e na medida também em que tais sociedades eram pensadas como estruturadas pelo parentesco; e gradativamente, estendeu seus trabalhos às chamadas sociedades complexas e, entre elas, as camponesas”. (Woortmann 1995), “no Brasil, a ênfase de muitas análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico, como unidade de produção e de consumo, e iluminou certas dimensões fundamentais da reprodução social, isto é, a reprodução, no tempo, da condição camponesa”. Na apresentação do trabalho que apresenta seu trabalho; Roque de Barros Laraia assim resume a importância do método comparativo relativos aos habitantes de Lagoa da Mata, em Sergipe, e os da colônia teuto-brasileira de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul:

[...] “O que distingue o seu trabalho das duas antecessoras é a excelente utilização do método comparativo. Método este que tornou próximos dois segmentos rurais que, à primeira vista, nos parecem tão distantes geográfica quanto culturalmente. Os habitantes de Woortmann trabalha com categorias culturais nativas, cujas identificações são importantes para a compreensão dos sistemas estudados. “Assim é que, entre os colonos de Dois Irmãos, ela analisa a categoria Keim, uma propriedade que se transmite de pai para filho, de mãe para filha, e que define o caráter da pessoa”. [...] “Tanto em Lagoa da Mata como na Colônia sulista, as instituições do casamento e da herança — a exemplo do que ocorre em outros grupos camponeses — apresentam características que são exclusivas do mundo Rural. O casamento não pode ser visto apenas como uma maneira de assegurar a reprodução social. O seu objetivo maior é o da preservação do patrimônio representado pela terra. É este objetivo que norteia as regras de escolha dos cônjuges. “Os indivíduos podem pensar que se casam “com quem gostaram”, mas geralmente realizam, por sua “escolha”, o casamento que melhor reproduz o grupo.” [...] “A necessidade da preservação do patrimônio rural encontra uma grande dificuldade em função do código civil brasileiro, que considera como herdeiros — com os mesmos direitos — todos os filhos resultantes do casamento. A aplicação irrestrita deste preceito legal levaria a terra camponesa a uma fragmentação que chegaria à pulverização, em muito poucas gerações. A terra, como acentua a Autora, constitui um elemento de circulação entre homens, restando à mulher um papel de intermediação”. [...] “. (Woortmann, 1995, Pag. 12, 13 e 14)

Foto: Reprodução da Internet



Em ambos os casos, o sistema, quer seja pela homogamia dos colônios sulistas, ou pela endogamia dos sítiantes nordestinos, privilegia o casamento entre primos. Um primo, em Lagoa da Mata, é uma pessoa para a qual se pode entregar uma irmã ou mesmo vender um lote de terra. (Woortmann 1995), entende que a temporalidade leva em conta, de um lado, a inserção desses grupos em processos macro-históricos (regionais, nacionais ou internacionais), e de outro, como construtores de sua própria história: “O parentesco é encarado, portanto, em sua temporalidade, e assim, “em contexto”. A dimen-

são temporal contempla tanto os casamentos em seu conjunto, como cada casamento em particular: “visto que a história de cada família encadeia os casamentos que realiza, em séries, onde cada evento afeta os demais”. Pragmática a autora diz: “não me filio, portanto, à abordagem formalizante que prescinde da temporalidade”. Com relação a sua história de vida pessoal, Woortmann, argumenta porém, uma outra história a ser considerada, a dela própria. “Apesar de ter nascido numa cidade, expressivo centro industrial-exportador, nasci, por outro lado, no interior do que foi o lote no lote n.1 da antiga Colônia da Costa da Serra,

hoje a cidade de Novo Hamburgo”. Segundo a mesma: “foi a primeira colônia doada a seus antepassados em 1824. Estes eram emigrantes de alemães, que permaneceram até hoje como camponeses”. Sua pesquisa de campo em face da burocracia estatal, iniciou-se em 1981, centrando-me em dois municípios: Itabaiana, próximo ao São Francisco, e Ribeirópolis, na região de Itabaiana. Em seus estudos dos colônios teuto-brasileiros, Woortmann, disse perceber que o processo era o mesmo: “apesar de especificidades históricas são diferentes: “aí não observei apenas o parentesco, mas também, ainda

que de maneira secundária, certos aspectos da organização da colônia, equivalente ao sítio, e pude perceber as semelhanças”. Com relação aos economistas europeus, e estudos de parentesco no Brasil. Woortmann destacou: Chayanov (1966), interlocutor fértil da antiga escola austríaco-alemã e crítico (não necessariamente explícito) da perspectiva marxista de sua época”; e que gerou continuadores, como Galeski (1975) e Tepicht (1973), e os três, em conjunto, inspiraram os estudos do campeonato no Brasil, como, por exemplo, aqueles realizados por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983”.

[...] “Outra forma de analisar a família camponesa é a de Galeski (1975). Para ele, o termo família! “Cobre apenas aquelas pessoas ligadas entre si pelos laços mais próximos de consanguinidade (pais e filhos), vivendo juntas e, em geral, desenvolvendo uma economia doméstica comum” (Galeski, op. cit.: 55). A família é um *workteam*, isto é, um grupo diferenciado internamente no trabalho e hierarquizado, onde o indivíduo está enraizado na família e a ela subordinado, enquanto ela “deriva o suporte de suas funções da comunidade de aldeia”. Para Galeski, portanto, as relações externas da família ganham relevo, e ele enfatiza uma dimensão fundamental: a subordinação do indivíduo ao todo representado pela família”. [...] “Chayanov considerava a família como um conjunto de produtores e de consumidores, quer dizer, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. A família é vista por ele como um grupo doméstico. [...] “Chayanov considera o grupo doméstico (*family household* na tradução em língua inglesa) como uma unidade econômica discreta e isolada, cuja produção é o retorno da atividade indivisível da família. O caráter indivisível da atividade familiar constitui-se, portanto, numa dimensão fundamental para a compreensão da família camponesa, sem a qual as relações de parentesco não podem ser entendidas. À terra na ótica de Chayanov constitui fator de produção, independentemente do fator ideológico”.

Com relação ao estudo das duas formações camponesas. Woortmann, patrimônio e propriedade, a mesma diz que: “noção de patrimônio se distingue daquela propriedade individual mercantil, pois a terra, no Sítio ou na Colônia, não é simplesmente um bem imóvel. E o casamento tem que ter uma razão prática, estratégia de reprodução material, e de algum modo: “razão cultural” uma descendência. Finalizando a autora entende que: “a terra é parte de uma ordem moral; mais que objeto de trabalho – o que ela certamente é – ela é condição da realização do sujeito trabalhador da propriedade mercantil; não obstante tem valor de mercado; ela é o patrimônio de um tronco ou sítio, isto é uma linhagem”. Finalmente com relação a sítio, patrimônio, ideologia e casamento, assim finaliza:

[...] “No Sítio, a terra é domínio do parentesco em um duplo sentido território onde se reproduzem as relações de parentesco. Em ambos os sentidos, é um espaço criado e recriado pela memória, onde a genealogia se funde com a história mito-fundante da identidade. [...] “O Sítio exerce o *jus in rem* e o *jus in personam* sobre suas definindo um conjunto de direitos e deveres, não só relativo mas também ao grupo como um todo. Tais direitos e deveres constituem a “cidadania” no plano da comunidade, permitindo aproximar O Sítio da noção *kinship polity*. Trata-se, porém, de uma “e; que não é moderna, pois não é a cidadania do indivíduo como ser moral isolado, mas da pessoa relacional”. [...] “A ideologia de parentesco tradicional da Colônia igual pressa o princípio da descendência, através das noções de tronco, e ambas as ideologias apresentam um acentuado viés e patrilinear, aliás, comum ao campeonato ocidental em geral.” [...] “O casamento como prima paralela patrilateral é comum a ambos os grupos estudados, em determinado momento de suas respectivas histórias. O casamento preferencial é portanto histórico, e não uma abstração formal. Mas o que significa “preferencial”? Trata-se, como disse, da preferência do todo, tornada escolha individual; a necessidade do conjunto é tornada virtude da pessoa. Mas “prima paralela”, ou “prima cruzada”, não é uma categoria abstrata do analista. Existem primas e primas, e nem todas têm o mesmo dote ou a mesma terra (quando herdada); e naturalmente, existem irmãos do pai ou da mãe igualmente diferenciados. A “preferência” não elimina, pois, a escolha”. [...] “A resistência pode ser apenas simbólica, como quando o “sucessor” herda a parte das terras em que se localiza a casa, emblemática da *Stammhaus* e que, em alguns casos, tem em sua fachada o emblema do fundador do tronco, semelhante a um brasão”. (Woortmann 1995, p.312,319, 323).



Foto: Reprodução da Internet

FORMAS COTIDIANAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

Em Artigo publicado Formas Cotidianas da Resistência Camponesa de (James C. Scott, 2002); com tradução de Maria E.A. Menezes e Lemuel Guerra. As autores diz que o autor propõe “revisar algumas teorias clássicas sobre o camponato que privilegiam as greves, rebeliões, ações contra o estado, organizações institucionais como espaços de expressão política dos camponeses”. Dentre pontos divergentes, Scott: “reconhece-se a importância destas ações no cenário político”; mas no entanto: “elas nos dizem pouco sobre a luta mais vital e cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito”. E para os trabalhadores: “tais formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível”.

O artigo propõe um referencial teórico-metodológico para compreender este amplo leque de formas cotidianas, fragmentadas e difusas de resistência”. Scott, questionou a forma como é pensada artigos científicos: “da produção recente – incluindo a própria – sobre o tema das rebeliões e revoluções camponesas; “e as Insurreições camponesas nos Estados Unidos, estimulada pela guerra do Vietnã e guerras de libertação nacionais”. Com relação às rebeliões: o fato é que, apesar de toda sua importância para os lugares onde ocorreram, as rebeliões camponesas, deixando de lado as “revoluções camponesas”. Scott vai dizer que elas são poucas. “Não somente são comparativamente raras as circunstâncias que favorecem levantes camponeses de larga escala, mas também as revoltas por elas provocadas são quase sempre totalmente esmagadas”.



Foto:Divulgação/Festa Camponesa

[...] “Na verdade, mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho: algumas poucas concessões por parte do Estado ou dos proprietários de terras, uma breve pausa em relação a novas e dolorosas relações de produção², e, pelo menos, uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro. Tais ganhos, porém, são incertos, enquanto o massacre, a repressão e a desmoralização da derrota são tão certos quanto reais. Em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada no Estado”. [...] “Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. [...] “A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (James C. Scott,2002, p.11 e 12).

(Scott,2002), vai dizer que a “História e as Ciências Sociais”, escritas por uma intelectualidade com base em registros escritos, ao quais, por sua vez, são também, em grande medida, originados por autores oficiais, “simplesmente não estão bem equipadas para desvelar as formas silenciosas e anônimas das lutas de classes que caracterizam o camponato”. Um exemplo clássico de discurso literário sobre o camponês médio, autor vai se referir:

[...] “Ele tinha séculos de medo e de submissão atrás dele, suas costas tornaram-se resistentes a explosões, sua alma tão destruída que ficou incapaz de reconhecer sua degradação. Pode-se batê-lo e deixá-lo faminto e roubar-lhe tudo, ano após ano, antes que ele pudesse abandonar sua precaução e estupidez, sua mente cheia de todos os tipos de idéias confusas que ele não poderia compreender bem; e isso continuou até que a culminação da injustiça e do sofrimento lançou-o à garganta de seu patrão como um animal doméstico enfurecido que tinha sido submetido a espancamentos demasiados [Zola, 1980: 91]. [...] “Na visão de Zola, há apenas um pouco de verdade. É certo que o comportamento público dos camponeses, durante os tempos da quietude, produz um retrato de submissão, medo e precaução. Em contraste, as insurreições camponesas parecem reações viscerais de fúria cega. O que falta à abordagem da passividade “normal” é a lenta, subterrânea e calma luta contra os aluguéis, as colheitas, o trabalho e os impostos, nas quais a submissão não passou de uma cena – de uma tática necessária. Assim, convém esclarecer que está ausente da descrição do período das “explosões” a visão subjacente de justiça que as informa e seus alvos e objetivos específicos, que são frequentemente muito racionais. As “explosões” nelas mesmas são frequentemente sinais de que as formas “normais” de lutas de classes estão decrescendo ou entraram em crise. Tais declarações abertas de guerra, com seus riscos mortais, normalmente acontecem depois de um demorado enfrentamento num terreno diferente”. [...] “Os obstáculos à ação coletiva apresentados pela estrutura de classes local são compostos por outras clivagens e alianças que atravessam as classes. Essas clivagens e alianças são constituídas, por um lado, pelos laços familiares, de parentesco, de facções ou de patronagem e, por outro lado, pelos laços rituais que turvam as águas das classes em virtualmente qualquer pequena comunidade. Quase sem exceção, pela criação de relações de dependência que restringem a ação dos homens e mulheres prudentes, esses laços operam, em termos de classes, a favor dos fazendeiros ricos” (James C. Scott,2002, p.14 e 15 e 18).

(SCOTT,2002): O QUE CONSIDERAR COMO RESISTÊNCIA?

Foto:Divulgação/Festa Camponesa



[...] “Podemos considerar um boicote, que nunca foi anunciado, como uma forma de resistência de classe? Por que devemos considerar o roubo de alguns sacos de arroz como uma forma de resistência de classe, se nele não há ação coletiva, tampouco um enfrentamento aberto ao sistema de propriedade e dominação? Muitas das mesmas questões podem ser levantadas com relação à fofoca e à difamação de pessoas, que são alguns dos principais meios dos pobres de Sedaka, consistentemente, tentarem influenciar o comportamento dos ricos”. [...] “O propósito implícito desta definição não é estabelecer importantes questões com força de lei, mas antes ressaltar os problemas conceituais que enfrentamos em compreender a resistência e desenvolver, de modo plausível, uma compreensão mais ampla do termo”. [...] “Micro resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores”. [...] “Muitas das formas de resistência que temos examinado podem ser ações “individuais”, mas isto não significa que elas não são coordenadas. Aqui, novamente, um conceito de coordenação, derivado de cenários formais e burocráticos, é de pouca ajuda para compreender ações em pequenas comunidades, as quais, historicamente, têm redes informais densas, profundas e sub-culturas ricas de resistência a demandas externas” (James C. Scott,2002, p.24 e 25 e 29).

Com relação de uma classe social e revolucionária, pretensamente os socialista: (Scott,2002), vai dizer que: “Em diferentes tempos e lugares, eles têm se defendido contra a corvéia, as taxas, o recrutamento do estado agrário tradicional, o estado colonial, as agressões do moderno estado capitalista (por exemplo, rendas, juros, proletarização, mecanização) e, deve ser adicionado, contra muitos estados pretensamente socialistas”. Para o autor: “A revolução socialista, quando ocorre, pode eliminar muitos dos piores males do regime antigo, mas, raramente, ou até nunca, foi o fim da resistência camponesa”. Segundo Scott: “As elites radicais que capturaram o Estado terão em mira objetivos diferentes daqueles dos camponeses que os apoiaram anteriormente”:

[...] “Enquanto o campesinato apega-se a sua pequena parcela, elas podem vislumbrar uma agricultura coletivizada. Enquanto o campesinato é devotado à autonomia local, elas podem querer uma estrutura política centralizada. Finalmente, eles podem querer taxar o campo de modo a industrializá-lo e certamente desejarão reforçar o estado versus a sociedade civil. Consequentemente, torna-se possível para um observador astuto como Goran Hyden (1980), encontrar paralelos notáveis entre a resistência inicial do campesinato da Tanzânia ao colonialismo e ao capitalismo e sua resistência corrente às instituições e políticas do atual estado socialista da Tanzânia (Hyden, 1980). Esse autor fornece uma pungente narrativa de como o “modo de produção camponês” – através de estratégias como “fazer corpo mole”, privatizar o trabalho e a terra que foi apropriada pelo estado, através da evasão, fuga e da captura de programas governamentais para seus próprios propósitos – tem obstruído os planos do estado”. (James C. Scott,2002, p.30).

Assim Scott, conclui: “De modo semelhante no Vietnã, após a revolução ter sido consumada no sul, assim como no norte, formas cotidianas de resistência camponesa continuaram”:

[...] “A expansão clandestina de lotes privados, a retirada de trabalho das empresas estatais para a produção familiar, a falência da entrega da produção de grãos e dos rebanhos ao estado, a “apropriação” dos créditos e recursos estatais pelas famílias e turmas de trabalho é o crescimento constante do mercado negro atestam a tenacidade da produção de mercadorias de pequena escala sob as formas do estado socialista. As formas de resistência obstinadas, persistentes e irreduzíveis que temos examinado devem, então, representar as armas verdadeiramente duráveis dos fracos antes e depois da revolução”. (James C. Scott,2002, p.31).

NARRATIVAS AGRARIAS E A MORTE DO CAMPESINATO

Em a Morte do Campesinato Narrativas Agrarias (ALMEIDA, 2007), fala da morte do campesinato, “devido ao declínio no programa de pesquisa de camponeses é mesmo de um programa de pesquisa do rural”. Em seu Ensaio o autor indaga sobre se: “o campesinato morreu como alvo de um programa de pesquisa? Ou o que morreu foi antes um paradigma teórico, deixando em seu lugar temas díspares que não são unificados por uma teoria? Almeida, entende que os novos temas e métodos são tão novos como parecem? “Essas são algumas das perguntas feitas aqui. E como é possível falar de morte do campesinato quando os sem-terra no Brasil e os zapatistas de Chiapas são talvez os principais movimentos sociais latino-americanos contemporâneos”? O autor vai dizer que no Brasil talvez possamos filiar a essa tradição de estudos da civilização rural autores como Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Emílio Willems, Duglas Monteiro, Walnice Nogueira Galvão e muitos outros, pois: “ao olhar em conjunto para esses estudos do Brasil, o que vemos é um mapa de famílias culturais associadas a grandes rotas de ocupação: manchas sertanejas, amazônicas e gaúchas, além de outras que resultam da imigração europeia, do Oriente próximo e do extremo Oriente. Com relação as “Sociedades parciais camponesas, ideologias camponesas”. No seu entender: há uma outra tradição que caracterizamos como a de estudos sociológicos, em que o foco é a análise de sociedades camponesas e de mudança cultural, em uma tradição que incluiu autores como Robert Redfield, George Foster, Sidney Mintz, Eric Wolf e James Scott”. Sobre as diferenças de estilos de identificação de campesinato, Almeida analisa os principais aspectos do modelo social:

[...] “AAqui, o resultado foi a construção de um modelo de estrutura social camponesa amarrado pelas relações de parentesco e compadrio e controlado por ideologias religiosas e fetichistas, visto não como uma civilização autônoma, mas sim como uma parte subordinada de uma sociedade cujo poder e cujo mainstream cultural se concentra nas cidades. A antropologia cultural norte-americana desenvolveu a partir de Robert Redfield uma visão dos campesinatos sul-americanos como “sociedades parciais”, enfatizando as características estruturais internas às comunidades camponesas pós-conquista e suas relações com a sociedade envolvente – as relações de parentesco, vizinhança e status no primeiro caso, e de classe, patronagem e clientelismo no segundo caso. Tratava-se de um modelo da sociedade rural organizada em laços didáticos e moralmente orientada pela “imagem do bem limitado” (FOSTER, 1965), características que inibiriam a modernização, embora houvesse casos de comunidades que “escolham o progresso” (REDFIELD, 1962). A noção de uma moral social camponesa, expressa como “economia moral”, foi retomada por autores como Michael Taussig (1980) e James Scott (1976), que, ao invés de tomá-la em sentido conservador, enfatizaram seu papel como linguagem de crítica camponesa à mercantilização capitalista das relações sociais. Sidney Mintz (1960) e Eric Wolf (1955, 1970) destacaram a íntima conexão entre campesinatos sul-americanos e o proletariado de plantations, e Wolf elaborou esse ponto classificando os campesinatos sul-americanos em dois grandes grupos: antigos campesinatos, que são sobrevivências de comunidades agrárias que se integravam no passado a estados pré-colombianos, e neocampesinatos que resultaram da implantação de sistemas agrários exportadores de plantation. (ALMEIDA, 2007, p. 158 e 159)

Com relação a Morte do Campesinato, alguns antropólogos entendem que o nome campesinato, morreu por sua vez: resultante da modernização e da globalização”. Com suas palavras, Almeida o anúncio da morte da antropologia do campesinato requer no mínimo uma ‘autópsia mais cuidadosa do suposto cadáver’:

[...] “Quem diz “morte do campesinato” está usando um conceito que unificava, nas várias narrativas agrárias, uma multidão de objetos e de características. Esses objetos e suas características não foram eliminados pela modernização e globalização. Talvez seja o conceito de “campesinato” que perdeu a capacidade de iluminar como antes esses objetos. [...] “A noção de civilização agrária evocava uma paisagem (leia-se: campos, bosques, rios com um gradiente de domesticação que ia da casa ao mato), técnicas constantes em seus efeitos sobre essa paisagem (domesticação agrícola e animal, instrumentos e objetos simples), sistemas de propriedade costumeiros, representações do mundo e dos deuses arraigadas. Esses temas estavam na abordagem culturalista englobados em um objeto camponês, em um “fato social total”. Esse fato social total permitia falar de ruralidade, como outro da urbanidade. [...] “As narrativas agrárias culturalistas, sociológicas e economicistas tinham muitas coisas em comum. Tratavam de uma parte arcaica do mundo moderno: um espaço cultural (civilizações agrárias) e geográfico-técnico distinto (ecótipos camponeses), embora com diferentes ênfases e interesses. Para alguns dos estudos da civilização tradicional, o campesinato contemporâneo seria um arcaísmo neolítico – o que aproximava alguns desses estudos do campo da história, do folclore e da filologia. Para outros, interessava seu caráter subordinado, política e economicamente: dependendo de bens importados e vinculando-se a mercados externos. O importante é que para todos a categoria de “campesinato” permitia subsumir uma enorme variedade de objetos locais sob uma única linguagem teórica, a de uma narrativa do atraso para o progresso: contra ou a favor dele. A teoria do campesinato é parte de uma história da modernização”. (ALMEIDA, 2007, p. 166 e 167).

A morte do campesinato é assim a morte de um sistema de pensamento? E/ou, o fim de um código? Ou fim do ruralismo? A pergunta, portanto, sobre o que efetuou a dissolução do “fato social total” camponês talvez esteja mal colocada. Para Almeida: “A morte das teorias camponesas não tem de ser explicada pela morte dos problemas da teoria do campesinato”. Para isto teríamos antes que responder: “Quais são os efeitos das transformações na natureza e na sociedade provocadas pela modernização? Em particular, quais são os efeitos dessas transformações sobre as idéias e as realidades de lugar (natural, sagrado), de tradição (cultural, étnica) e de sociedade (com fronteiras, identidades, estruturas)”? Com relação ao novo nominalismo do campesinato englobante. Almeida vai dizer:

[...] “Há antropologias ad hoc: antropologias da floresta, do sertão, do mar. Carlos Rodrigues Brandão, em debate público, mencionou o fato de que, há alguns anos, me recusei a me classificar como antropólogo de camponeses e sugeriu que eu fazia então “antropologia de extra-tivistas”. Devo ter dito que fazia talvez uma “antropologia de floresta”, assim como Terri Vale do Aquino disse uma vez em Campinas que fazia “antropologia de barranco”. Durante algum tempo o próprio Brandão fez uma “antropologia de montanha”. Ao contrário de Raymond Firth (1946), que classificou seus pescadores malaios como camponeses, preferindo assim unir a separar, hoje as antropologias nominalistas se orgulham em desconstruir seus camponeses, reclassificando-os como pescadores e fazendo antropologias de mar, de lagos, de mangues. E, em lugar de camponeses, há agora quilombolas, babaqueiras, geraizeiros, faxinalenses”. [...] “Há antropologias de sujeitos que não se reduzem mais a um suporte geográfico: mulheres, velhos e crianças; negros e índios; povos tradicionais; sem-terra, sem-teto, povos-de-floresta, povos-de-mares, povos-de-lagos, atingidos-por-barragens e outras identidades progressivamente menos substantivadas e fragmentadas, levando a novos movimentos sociais mobilizados por identidades-em-devir, dessubstancializadas, diaspóricas. Há antropologias de famílias singulares e de indivíduos; assim como há antropologias de atividades: antropologias do turismo, da mineração, da conservação ambiental, da caça, do artesanato. Há antropologias de sistemas de propriedade e de poder local. (ALMEIDA, 2007, p. 173 e 174).



Foto: Reprodução da Internet

Em sua crítica à narrativa da modernização como um fracasso da razão iluminista, a resistência dos excluídos contra o sonho da modernização homogênea. (ALMEIDA, 2007) Sobre o ficcionalismo: invenções e reinvenções: o mesmo acentua que “é quase um paradoxo que a literatura pós-camponesa, que dissolveu as narrativas mestras e recusou o realismo das grandes tradições teóricas, esteja repleta de soluções locais”. Sobre a antropologia em Escala, o autor comenta que na pesquisa antropológica: “está correndo essa variabilidade na escala e nos temas. Uma unidade de território pode ser retida, dispensando a idéia de uma estrutura social invariante e contida em fronteiras”. Com a desconstrução da categoria do campesinato, temos que aceitar também um post-mortem para a reforma agrária? Finalizado, Almeida sobre acima, o mesmo fecha com o comentário:

[...] “Leva a uma outra conclusão, mais otimista: a de que está em curso uma nova reforma agrária, por assim dizer transfigurada em uma pluralidade de movimentos e de questões e trazendo consigo novos recortes da luta pela redistribuição do espaço natural-humano: florestas, mangues, babaquais e não apenas a terra como suporte da agricultura; terras-de-negro, quilombos, reservas extrativistas e faxinais, e não apenas módulos separáveis de seus sujeitos coletivos; direitos sobre a diversidade e qualidade da natureza humana e cultivada sobre conhecimentos e modos de vida, e não apenas direitos de cidadania genéricos”.



Foto: Reprodução da Internet

FEIRA E MUDANÇA ECONÔMICA



Foto: Reprodução da Internet

No presente Ensaio: “Feira e Mudança econômica da Zona da Mata de Pernambuco”. De (Moacir Gracindo Soares Palmeira), professor Emérito, e de pós-graduação em Antropologia Social/MN/UNFRJ; que nos prestigiou no primeiro semestre de 23, sobre Sociedade Camponesa, em conjunto com os professores: John Comerford, e João Láguens; estudamos temas que marcam a produção intelectual de diferentes disciplinas especialmente entre os anos 60 e 80 do último século, e todo um conjunto de trabalhos empíricos sobre diferentes situações, grupos, sociedades, movimentos sociais... rotulados como “camponeses”. Nos permitiu em dialogo em aula em forma de seminários com o texto em epigrafe, aceder um novo olhar sobre as “Sociedades Camponesas”. O texto: Feira e Mudança econômica da Zona da Mata de Pernambuco; “analisou as transformações no universo dos engenhos e das usinas à luz dos circuitos de produção e de abastecimento das feiras livres onde antigos moradores expulsos desse universo passaram a se abastecer”. Segundo Moacir, a Zona da Mata é “Indicadora do crescimento desse proletariado rural, a expansão das feiras e de pequenos produtores”; sujeitos a distribuição de alimentos pelos barracões; “o que permite observar a complexidade das mudanças em curso na região, e mostrar a produtividade da etnografia dos mercados (ou dos locais de mercado) para a compreensão de amplos processos de transformação social”. Palmeira, nos relata que na década de 40 acelerado nos últimos anos, representou mais do que a simples proletarianização de trabalhadores rurais. “Representou uma nova divisão de trabalho que atingiu tanto o próprio processo produtivo dentro das unidades agrícolas quanto à circulação e o consumo de bens de subsistência”. Por outro lado diz (Palmeira 1971), “a localização dessa mão de obra “liberada” nas cidades da área, não apenas aumentou grandemente a população destas cidades, como alterou radicalmente sua composição social”. As cidades se transformaram em cidades funcionários. E com a escassez de emprego e crise financeira que atingiu a agroindústria pernambucana: “estimularam parte dessa população a buscar, permanentemente ou não, ocupação fora da agricultura da cana”. Entretanto diz o autor:

[...] “...Uma boa parte dessa população, entretanto, continua a trabalhar permanentemente (o que não exclui a procura de fontes de renda suplementar na cidade) nos engenhos, legal ou clandestinamente. O mais importante, todavia, é que aqueles trabalhadores passam a ter de buscar por conta própria seus meios de subsistência, antes assegurados pelas próprias usinas e engenhos. Abriu-se assim um mercado para os produtos dos “moradores” que permaneceram nos engenhos. Se o morador tradicional era obrigado “de direito” ou de fato (pela falta de alternativas) a entregar a produção de seu sítio ou de seu roçado aos “barracões” e aí comprar o que não produzia, o trabalhador da rua não tem como comprar no barracão e o “morador”, uma vez ilegalizada (ilegitimidade) a “sujeição”, ganha uma alternativa para a colocação de seus produtos”. [...] “... A ativação do circuito de trocas de bens de subsistência traduz-se num crescimento sensível, embora de difícil avaliação, das feiras da Zona da Mata que, ao mesmo tempo que se modificam, fornecem talvez o principal suporte às mudanças apontadas, como fontes de emprego, nem sempre “improdutivo”, para os trabalhadores expulsos dos engenhos, atuando ao mesmo tempo como elemento de redistribuição de “riquezas” dentro de um determinado setor da população; e como centros de distribuição da pequena produção rural. [...] “...As mudanças em questão não alteram seguramente o sentido vertical descendente de fluxo de bens manufaturados que caracterizava os barracões de usina e engenho: as feiras da Zona da Mata talvez continuem sendo basicamente (em termos de valor da produção) fornecedores de manufaturados à população rural. Os bens de subsistência colocados pelos pequenos produtores nas feiras não atingem os consumidores dos grandes centros urbanos regionais, ou os atingem marginalmente. O que há de novo é fluxo que se inaugurou ou que se acentuou de bens de subsistência no seio mesmo da população rural, antes indiferenciado dentro do fluxo geral de bens, que através dos barracões, atingiam os consumidores morando dentro dos engenhos. A partir de determinado momento, rompe-se o equilíbrio que fazia os engenhos oscilarem entre períodos mais ou menos dedicados ao cultivo de cana e menor ou maior desenvolvimento da agricultura de “subsistência”. Os produtos de subsistência passam a disputar terra com a cana num momento de grande expansão deste produto”. (Moacir Palmeira, 1971, p. 325,326 e 327).

Com relação e as Feiras e Cidades da Zona da Mata de Pernambuco: Palmares e Carpina. A cidade de Palmares, (sede do município autônomo desde 1873) é mais antiga do que a de Carpina e sempre foi considerada um “centro comercial” importante. Carpina (sede de município em 1928) também parece ter tido seu desenvolvimento ligado ao crescimento das linhas de estrada de ferro, tornando-se ponto de entroncamento de dois ramais importantes. Segundo Palmeira: “Carpina, cuja feira se restringe ao domingo, é uma cidade em um circuito de feiras cuja feira dura quase três dias, parece estar desligada de qualquer ciclo”. Já os vendedores de manufaturados: “são em geral pessoas residentes na cidade e que não feiram em outros locais”. Com relação a feira e as feiras:

[...] “... Parece-nos ser sintomático que os trabalhadores rurais e feirantes entrevistados fora e dentro da feira raramente se refiram à feira como um todo, mas à “feira da farinha”, à “feira das frutas” (que numa época em que o produto mais vendido era a banana era designada como “feira da banana”), aos “bancos de carne”, aos “bancos de peixe”; ao “mercado”, às “barracas do mercado”. Conquanto não tenhamos elementos para explorar de modo sistemático essa classificação (incompleta, pois trata-se apenas de expressões inventariadas no material colhido) gostaríamos de apontar para o fato de que os setores que vendem produtos tabelados (carne, charque, açúcar) não são classificados como “feira”, o termo sendo reservado para aqueles setores em que há alguma flutuação de preço e, talvez, maior circulação de vendedores”. [...] “... Tanto feirar (vender na feira) como fazer feira (comprar na feira) são definidos socialmente como atividades masculinas. Ou, como disse um pequeno proprietário de Carpina¹⁵: “As mulheres não vendem na feira. Só quando é tempo de festa é que vão vender para apurar uma coisinha para comprar um vestido, uma roupa pros meninos...A mulher do pequeno proprietário ainda conhece a feira. Mas tem mulher aí que nem conhece Carpina. A mulher do assalariado nunca vai à feira. Tem vergonha de não ter um vestido novo para ir à feira. Só tem uma roupa. Em caso de autônomo, a família vai à missa e depois à feira. É mais livre (...) Mulher que não tem marido nem filho, manda o vizinho vender. Ela se acanha de ir sozinha à feira. (...) Porque geralmente tem de ir a cavalo e elas tem vergonha de chegar na cidade montada num cavalo” (Moacir Palmeira, 1971, p. 330,331e 332)



Foto: Iteral Ascom

Já a situação dos vendedores, Palmeiras vai dizer que existem grandes variações de um setor para o outro no que diz respeito aos agentes de troca na feira, que se tornam difíceis as generalizações. Pois existem diferenças entre vendedores e consumidores:

[...] “No entanto, seria uma simplificação deixar de assinalar a presença visível, e proclamada pelos vendedores, de consumidores urbanos nos setores de manufaturados, frutas, verduras e legumes. Ao contrário do que ocorre na “feira de farinha”, por exemplo, há mulheres comprando (em geral empregadas domésticas). No caso de Carpina, parece ter alguma importância a presença de consumidores de Recife (muitos dos quais são proprietários de “granjas” nas imediações da cidade). [...] “... Mas aquela não é uma regra que se aplique indiferentemente a todos os setores da feira. No setor de manufaturados e nas barracas em geral parece haver um comparecimento feminino importante. Mas também dentro dos setores operando com bens de subsistência, há lugar para vendedoras mulheres”. [...] “Na “feira da farinha”, por exemplo, onde são vendidos farinha e cereais, e onde o grosso dos consumidores são trabalhadores rurais, há um número variadíssimo de arranjos. Há um número grande de sitiantes que produziram sua própria farinha, muitos dos quais proprietários de casas de farinha¹⁹, em Carpina, vindos do próprio município, em Palmares vindos dos “agrestes”²⁰, do Agreste ou do norte de Alagoas. Raramente vendem apenas a sua própria produção. Via de regra, a farinha é deles, mas o milho, o arroz, certos tipos de feijão são comprados ou diretamente aos grossistas ou no mercado municipal. No setor de “verdura”, a situação é bem diferente. Não há interferência do comércio estabelecido. É um setor relativamente “aberto”. Segundo um verdureiro de Carpina, “verdura” é o mais barato que tem, não precisa de “capital”. Isso significa uma maior presença de produtores diretos que, no entanto, ao que parece, é contrabalanceada pelas possibilidades maiores que abre aos intermediários pobres”. (Moacir Palmeira, 1971, p. 336 e 337).

No Comercio Feira e Barracão: o setor chave da feira é o de farinha e cereais, “o controle desse setor está nas mãos dos grossistas e dos “comerciantes do mercado”. Segundo Palmeira, isso é preocupante: “porque supõe uma identidade, pelo menos de interesses, entre o comércio estabelecido e os “donos de barracas no mercado”. Mas existem diferenças entre comerciantes e mascates:

[...] “Os “comerciantes estabelecidos” sempre integraram as “elites locais”, geralmente são filhos de comerciantes, suas firmas muitas vezes têm filiais em vários municípios, enquanto os donos de barracas são de origem humilde, muitas vezes ex-mascates que se estabeleceram, nunca operam em mais de uma praça – como seus interesses comerciais e suas atitudes diante da feira parecem divergir”. [...] “Porém seja qual for a natureza das relações entre comércio estabelecido e comerciantes no mercado, o mercado municipal parece estar operando como uma “bolsa de cereais” e os preços aí estabelecidos parece estar tendo vigência muito além do “pavilhão” e da “feira de domingo”, alcançando área até então não atingidas pelo comércio, como se as próprias operações de partilha do produto nas casas de farinha.³⁷ O próprio barracão de engenho está sendo atingido”. [...] “Tradicionalmente, os barracões pertenciam ao proprietário de engenho que, ainda que pusesse a sua frente um preposto, tomadas todas as decisões relativas a preços e compras de mercadoria. No caso de usinas, além do barracão de engenho, havia o barracão de usina que, ao mesmo tempo que abastecia os trabalhadores da parte industrial da usina, fornecia, com exclusividade, para os barracões de cada engenho uma usina”. (Moacir Palmeira, 1971, p. 341 e 342).

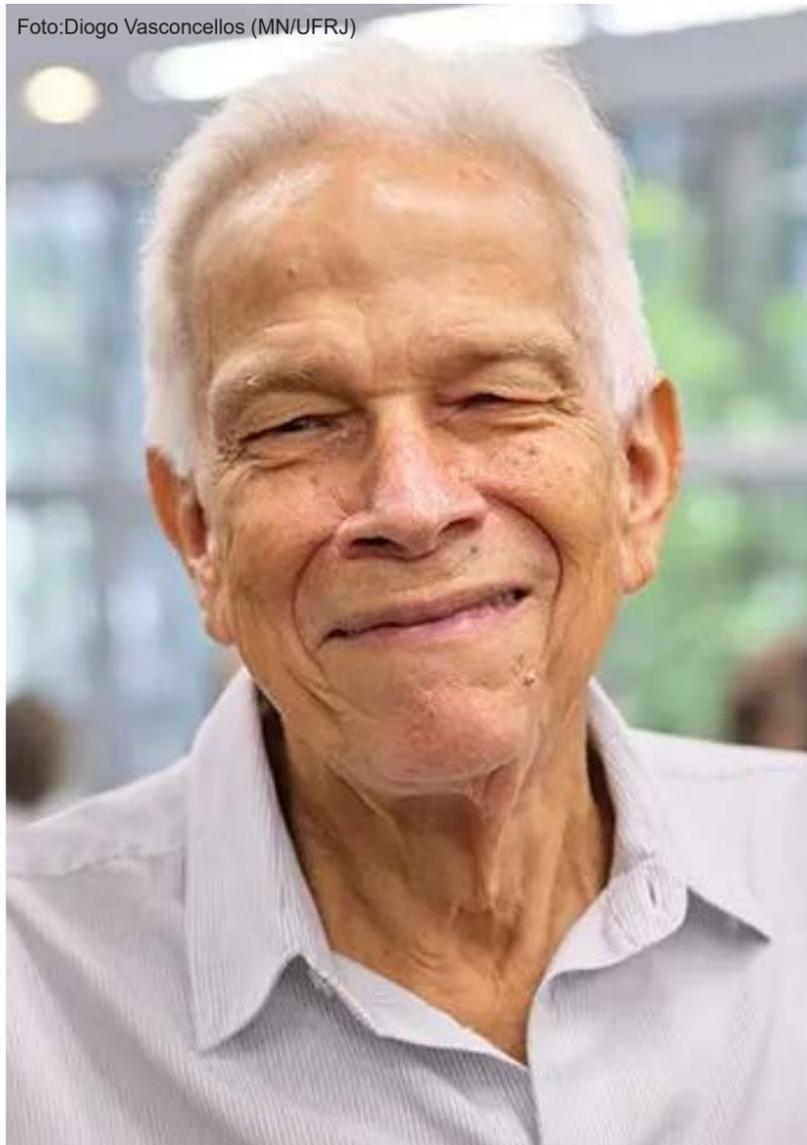
Na análise conclusiva das feiras da Zona da Mata, Palmeira sugere: “que as coisas não são mais assim e que a feira e o mercado estão presentes hoje até nas transações de que elas são a própria negação, de que o melhor exemplo é a prática comercial do barraqueiro”. E o crescimento da feira na zona canavieira. Fechando Palmeira: “parece projetar-se mais longe ainda e inverter as próprias relações entre feiras do Agreste e da Mata”.

[...] “Estas vilas, como as cidades agrestinas próximas aos brejos, tem grandes feiras, uma vez que a menor concentração fundiária permite maior divisão do dinheiro: diminui o número de ricos e pobres e aumenta o de intermediados. Por isto feiras como as de Camocim de São Felix, Cupira, Cachoeirinha e Capoeiras, apesar da pequena população do aglomerado, são muito mais importantes do que as cidades grandes da Zona da Mata, como Goiana, Nazaré ou Palmares.” [...] “Os produtores de Curupira, São Félix, Cachoeirinha, estão trazendo os seus produtos para a Mata e muitas daquelas feiras estão consumindo “sobras” de Palmares ou estão sendo transformadas em “feira de mulher”.⁴⁹ Esse crescimento das feiras não é linear. Feirantes e consumidores mencionam sempre um passado próximo em que “as coisas eram melhores”, “quando o trabalhador tinha dinheiro na mão para comprar”, ou um passado de ouro quando “se jogava fora as mercadorias porque a fartura era muito grande.” Nem o crescimento da feira parece representar qualquer aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e dos sitiantes. Ao contrário, seu crescimento parece acompanhar muito de perto as vicissitudes da própria história da área”. (Moacir Palmeira, 1971, p. 345 e 346).



O DITO E FEITO

Foto:Diogo Vasconcellos (MN/UFRJ)



Em *O Dito e Feito: Ensaios de antropologia dos Rituais*, organizado por Mariza Peirano do Núcleo de Antropologia da Política; é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes da UFRJ. Encontramos no Cap.8, uma resenha do professor Moacir Palmeira, que tivemos oportunidade de discutir em sala de aula sobre a participação política do homem do campo. O texto *Política e tempo: nota exploratória* nas páginas 171 à 177. (Palmeiras 2001) comenta que o texto foi feito no sentido de “entender o porquê da não-coincidência entre grandes mobilizações sociais e voto político em candidatos dos sindicatos ou de outras organizações que as promoviam, ou eram por eles indicados, deparei-me, entre populações camponesas do Nordeste brasileiro”. Isso porque: “as pessoas referiam-se ao período eleitoral como o tempo da política, a época da política ou, simplesmente, a política. Se eu perguntava sobre a política do município ou do estado, automaticamente falavam de eleições”. Isso porque diz o autor: “as primeiras idas a campo ocorreram durante processos eleitorais, pensei tratar-se de uma maneira de dizer regional para referir-se a algo meramente circunstancial, uma vez que aquele é um período em que as atividades políticas quase que se resumem às campanhas eleitorais”.

[...] “Se o tempo da política corresponde grosso modo ao período eleitoral, não se trata de uma tradução perfeita. O tempo da política não envolve apenas candidatos e eleitores, mas toda a população, cujo cotidiano é subvertido. Nesse período de conflito autorizado, as facções políticas em que se dividem as municipalidades – ao longo do ano, mais uma referência para a “navegação social” das pessoas do que grupos substantivos – se explicitam plenamente. A sociedade exhibe suas divisões. Não é casual que se trate de um período marcado por rituais e interdições. Nele, mais do que a escolha de representantes ou governantes, parece estar em jogo um rearranjo de posições sociais. Em uma série de artigos (Palmeira 1991; Palmeira e Heredia 1995; 1997), tentei explorar diferentes dimensões desse “tempo” identificado pelas populações que estava estudando. Hoje, percebo que no tratamento da expressão tempo da política, explorei fundamentalmente o seu termo política. E não por acaso: tempo da política e política são empregados como sinônimos, ainda que política tenha algumas outras acepções sobre as quais não me deterei agora”. [...] “Além dos usos menos problemáticos, pelo menos aos nossos ouvidos de antropólogos: tempo antigo, tempo de hoje em dia. Se estes correspondem simplesmente a uma certa datação, no caso do segundo e do primeiro blocos, e em especial deste, parece estar em jogo menos uma concepção qualquer de tempo como o representamos habitualmente, linear ou cíclico, cumulativo ou não-cumulativo, e mais uma certa maneira de a população recortar/representar a estrutura social”. [...] O tempo da política não é apenas uma subdivisão de um calendário onde se inscreveriam também o tempo das festas, o tempo da Quaresma, o tempo da greve etc. Esses tempos não se definem essencialmente uns com relação aos outros, ainda que possam ocorrer incompatibilidades. (Moacir Palmeira, 1971, p.171,172).

Com relação a ordem social, Palmeiras vai dizer que “não é percebida em termos orgânicos ou mecânicos, que é como ela foi naturalizada pelo senso comum intelectual, mas em termos de adequação de comportamentos a determinadas finalidades postas em um certo momento”. Descontextualizando Palmeira acrescenta que o tempo de greve para os canavieiros, é tempo de trabalhar:

[...] “O tempo da greve, por exemplo, que para setores patronais é o exemplo mesmo da subversão, é percebido como algo tão ordenado quanto qualquer outro tempo: no tempo da greve, para os camponeses da área canavieira de Pernambuco, “é de lei” parar de trabalhar. Do mesmo modo, o tempo da política é adequado para a explicitação de certos conflitos que em outros tempos seriam profundamente desagregadores”. [...] “É como se estivéssemos diante de uma refração da oposição eternidade-tempo, com o tempo cotidiano (o “curso do tempo” dos dicionários) assumindo o lugar da “eternidade”, do permanente, e o tempo a posição do “tempo”, do contingente, do transitório. Mas, por paradoxal que pareça, nesse “transitório” está embutida a idéia de excepcionalidade. Trata-se de criar um tempo próprio para o desempenho de atividades consideradas importantes pela sociedade”. Desconfio que a excepcionalidade dos tempos a que nós estamos referindo opere na mesma lógica, de que seriam indícios o tempo da política e os outros tempos marcados por rituais e relações de evitação”.



Foto:Diogo Vasconcellos (MN/UFRJ)

Com tempo assim concebido para os camponeses... “uma ordem divinamente decretada e imposta aos homens decaídos como um remédio para seus pecados”. Palmeira diz: “que na sua condenação do presente, eles suspendem o tempo e buscam uma sociedade mais justa e perfeita numa vaga recoleção do passado”. ...Uma espécie de ideologia política, contemporânea na concepção de poder político dos camponeses”. Que é descrita com grande sensibilidade por Afrânio Garcia Jr., no seu Terra de Trabalho:

[...] “Regra geral, há três personagens que encarnam o poder: o Presidente, o Governo, o Papa. Estas três figuras é que são responsáveis pelas leis, normas a que todos têm que obedecer, e que zelam por sua aplicação. Se regulam o comportamento social, é porque são pessoas que têm este atributo. Nenhuma referência é feita à concepção destas posições sociais como cargos para os quais são eleitos periodicamente seus ocupantes. Assim, também não vêem, em nenhum dos três personagens, um mandatário seu. [...] Mas o mundo em que se vive, a Terra, não é o mundo onde vive Deus, o Céu. As regras segundo as quais se vive na Terra devem conformar-se aos desígnios de Deus, mas são criadas e aplicadas por homens. Os homens que criam estas regras e zelam por sua aplicação, são justamente o Presidente, o Governo e o Papa. Estas figuras são vistas como os homens mais ricos que há no mundo, e que podem impor sua vontade porque têm força. Note-se que força, aqui, opõe-se a poder, privilégio de Deus, podem derrogar todas as regras da natureza e do mundo dos homens” (1983: 93-94).



Foto:Diogo Vasconcellos (MN/UFRJ)

Concluindo, Palmeira acrescenta que “a sociedade não é vista dividida em partes, ou em “esferas” ou “espaços”, como se tornou mais adequado enxergá-la em nosso tempo acadêmico contemporâneo, mas em tempos”. Pois, viá de regras: o tempo tem várias possibilidades e interpretações:

[...] “O tempo é de tudo/sem tempo nada se faz”, essa é mais uma virtualidade do que outra coisa: em princípio tudo é “temporalizável”, mas só é “temporalizado” (isto é, transformado em tempo, como o tempo da política, o tempo das festas etc.) o que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento. Por isso mesmo, o rol de tempos não é fixo, como também não são permanentes as suas incompatibilidades. Isso transparece no uso do termo “tempo” (significando tempo) pelas pessoas para explicar certas regularidades sociais que não configuram necessariamente um tempo. Assim, um informante ao qual já me referi, indagado por que a mulher não ia à feira (como se tratava de uma história de vida, eu é que coloquei a questão no passado), respondeu taxativo: “É um clima do tempo. É um ambiente mesmo nosso. Mulher ia à missa, mas em feira não ia. Nem mulher, nem moça, ninguém. Quem ia para a feira era os homens. [...] Era um ambiente que notamos lá, nesse tempo nosso. [...] Ainda hoje é assim: a mulher não vai e, se mandar, ela diz: ‘Deus me livre! Não vou de jeito nenhum.’ [...] É o costume daquele clima do tempo.” Clima e ambiente sugerem um uso metafórico, um “é como se fosse um tempo”. Mas o contraste com a missa (periódica, como a feira) e a indicação das regras de adequação (“mulher vai à missa”; “homem vai à feira”) podem sinalizar também que não seria absurdo pensar a feira (e a missa?) como tempo”. [...] “Uma certa ambiguidade subsiste porque, como a missa, a feira é circunscrita espacialmente. Se a sua ocorrência mexe com a coletividade para além de seu perímetro, ela não tem (é possível que já tenha tido ou venha a ter) a capacidade do tempo da política ou do tempo da festa do padroeiro do lugar de “contaminar” todo o tecido social. Essa capacidade de dominar as outras atividades socialmente reconhecidas, isto é, de fazer com que tudo vire política ou festa, de converter as demais atividades à atividade definidora do tempo, é uma das características diferenciais dos tempos no sentido restrito. (Palmeira, 1971, p.174 e 175).

Finalmente finalizado, Palmeira resume a Nota: “voltemos à política. Se as formulações que avançamos têm alguma consistência, elas podem nos ajudar a pensar as dificuldades de “acumulação” para os que estão “embaixo”: Pois na avaliação do autor: “Do mesmo modo, é extremamente difícil para perdedores e, sobretudo, para aqueles perdedores que estruturalmente se encontram “embaixo”, acumularem experiência que seja entre dois tempos da política”.

[...] “A visão não-orgânica da estrutura social e, mais que isso, a sua visão em termos de adequação a tempos relativamente estanques, representam um obstáculo maior para que aqueles que não dispõem de força ou que dispõem de alguma força em um tempo determinado (como, por exemplo, trabalhadores no tempo da greve) transponham essa força para outros tempos (por exemplo, trabalhadores no tempo da política). Por isso mesmo a sua tendência, se quiserem ter algum acesso à força dos “de cima”, será no sentido de se ligarem aos vencedores. Se isso não chega a ser uma explicação, ajuda a entender como se reproduz o caráter residual da oposição na polaridade situação X oposição, que marca a política local, mas não apenas ela, no Brasil. Já para os que estão “em cima”, homens concebidos e auto concebidos como de força, homens do tempo, mas também da política, ao contrário, o interregno (e o tempo não perde seus outros significados) significa extensão de redes pessoais, “acumulação” de homens”.

ANÁLISE CONCLUSIVA

Com o presente trabalho: Campesinato e Sociedades Camponesas, em formato de recortes episódicos de artigos da extensa bibliografia dialogados em sala de aula. Trazemos de forma sucinta, relatos e experiências de autores renomados do estudo de Sociedade Camponesas. Como vimos, a palavra camponês para alguns autores não existe; pois se trata de uma ficção. Nas palavras de Teodor Shanin Professor doutor da Moscow School of Social and Economic Sciences: Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra; uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão: jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. Para o autor o que importa são as maneiras com tais palavras são utilizadas; recomenda-se fazer um teste do conceito ou voltar às suas raízes epistemológicas. O que está em pauta, diz Shanin: “são a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades”. Pois: “o atual surto do marxismo acadêmico... tem exercido papel importante, e cada vez mais significativo, nessas considerações”. Sua “globalização” crescente trouxe novamente os camponeses para o foco das atenções. “Novos insights e nova força no debate têm nos oferecido oportunidade de reconsiderar tanto o pensamento dos estudiosos como as sociedades”. O padrão efetivo de controle da terra, expresso na propriedade familiar, e os “direitos de posse.” diz o autor: “diferem da propriedade legal dos não-camponeses contemporâneos. Os métodos típicos de expropriação do excedente camponês pelos detentores do poder político e econômico são diferentes daqueles usados em relação aos dos trabalhadores. E assim fecha o autor: “o compromisso, dentro da tradição socialista, por definição é o estudo da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las”. Em a Morada da Vida de (Heredia, Beatriz), Trabalho familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Beatriz define logo na quarta página, nas palavras de (um pequeno produtor) “A terra é a morada da vida, tudo se acaba, mas a terra não. Toda a herança que o pai deixa no fim da vida, a viúva fica aflita mas eles sabem que a terra não se acaba, passa para os netos, para os bisnetos”. Mediante a divisão interna, estabelecida com a existência dos roçados individuais, evitam-se disputas e sobretudo mantém-se a unidade familiar: A necessidade de manter a unidade familiar por parte do pai, evitando possíveis conflitos, manifesta-se no trabalho que cada um dos filhos e a esposa realizam por sua conta própria nos roçados individuais... “Dentro desses limites, os possuidores assumem a responsabilidade das decisões a serem adotadas. Essa “liberdade” converte-se também numa forma de incentivar a responsabilidade e reforçar o caráter de individualidade, como também numa preparação para os novos grupos domésticos que cada um deles constituirá no futuro”. Hellen F. Woortmann, em Herdeiros, Parentes e Compadres; o parentesco das chamadas sociedades complexas, vai dizer: “o trabalho de campo é ao mesmo tempo uma fraqueza e uma virtude da Antropologia. De um lado, não sem frequência, teorias do parentesco, da sociedade, do campesinato, são erigidas sobre o conhecimento detalhado de uma sociedade, de uma construção nativa sobre o parentesco, ou de uma forma camponesa”. Mas, e por outro lado, nos interessou pesquisar o “trabalho de campo” que abre perspectivas, particularmente quando se muda de “campo”. Pois: “Quando se muda de nativos, abrem-se novos campos intelectuais ou teóricos”. Em as Formas Cotidianas da Resistência Camponesa de James Scott: o autor, nele buscou revisar algumas teorias clássicas sobre o campesinato que privilegiam as greves, rebeliões, ações contra o estado. Em ALMEIDA, Mauro: Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. Campesinato. Para Almeida, o estudo das Culturas Agrárias, pode ser dividido em “focos e temas”. Ao olhar em conjunto para esses estudos do Brasil, o que vemos é um mapa de famílias culturais associadas a grandes rotas de ocupação: manchas sertanejas, amazônicas e gaúchas, além de outras que resultam da imigração europeia. Na primeira metade do século XX, havia uma corrente dos estudos da civilização e de cultura agrária ou rural; uma tradição europeia que combinava resultados da história medieval e da etnografia rural, construindo uma noção de cultura agrária, de cultura camponesa, de cultura neolítica; ou ainda de civilizações agrárias e rurais, representada”. ALMEIDA, “Mas não se delimitam a essa matriz, pois tanto há uma diáspora cultural nordestina, como zonas de gradientes culturais, a exemplo do eixo que vai da pré-Amazônia maranhense ao sertão de Minas, passando pelas chapadas do planalto central goiano”. E a cultura: “A cultura liga por assim dizer as pessoas à terra; dessa forma, grupos portadores de cultura ganham passaportes para direitos de cidadania”. Moacir Palmeira, Feira e Mudança Econômica da Zona da Mata em Pernambuco. No seu trabalho de campo realizado na região da Zona da Mata de Pernambuco; nos fala das transformações do universo dos engenhos e das usinas à luz dos circuitos de produção e de abastecimento das feiras livres onde antigos moradores expulsos desse universo passaram a se abastecer. Pois as feiras e barracão: “permite observar a complexidade das mudanças em curso na região, e mostrar a produtividade da etnografia dos mercados (ou dos locais de mercado) para a compreensão de amplos processos de transformação social”. Devido a expulsão de moradores da região da Zona da Mata de Pernambuco: “representou uma nova divisão de trabalho que atingiu tanto o próprio processo produtivo dentro das unidades agrícolas quanto à circulação e o consumo de bens de subsistência”. Nas lamurias do autor, o mesmo em algumas entrevistas que realizou, assim definiu o trabalho nas palavras de um camponês: “Eu não consigo entender como é possível, com a pobreza cada vez maior do povo, haver em Palmares uma feira de três dias, onde às duas horas da tarde do domingo não tem mais nada para vender” (S., ex-feirante, ex-administrador de engenho e ex-ajudante de barraqueiro). Concluindo, dizemos que foi muito importante participar do Curso: Sociedades Camponesas proferidas pelo professor Moacir Palmeira; que durante mais de 50 anos ministrou aulas pelo PPGAS/UFRJ... e que nos prestigiou com seu conhecimento. Em entrevista com Moacir Palmeira ao professor José Sergio Leite Lopes do MN/UFRJ, Assim descreveu as dificuldades da pesquisa com os trabalhadores do campo:

“Às vezes quando eu estava entrevistando o barraqueiro um dos trabalhadores se aproximava criando a situação de que ele pudesse contar a sua própria história. Eram situações que obrigavam o barraqueiro, por uma espécie de competição implícita que se estabelecia na hora, a falar de sua própria história”... “Havia situações em que o barraqueiro suspendia a entrevista para abrir uma nova conta para o trabalhador endividado. E aí, a gente ia estenografando toda a situação. Mais do que as respostas às questões formais, as observações que fazíamos no verso desses formulários eram o principal”. E finaliza: “Com alguma frequência para passarmos os cadernos a uma parente dela que morava nessa cidade, e ela enviava pelo correio para o Rio. Era comum entre os pesquisadores procedimentos equivalentes para a preservação do material e dos informantes. O que significava mais trabalho de reconstituição no Rio. Mas acho que valeu a pena”.



Foto: Gibran Mendes

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Gostaria inicialmente agradecer ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ/Museu Nacional/RJ. Em particular, os professores que ministram a Disciplina: Sociedade Camponesas, aos professores: John Comerford, Moacir Palmeira e João Láguens (Pós-doc PPGAS) pelas aulas realizadas toda às quartas-feiras das 13:30 às 17:00 hs durante todo primeiro semestre de 2023. Pelas aulas animadas, ambiente com espírito elevado. Que nos permitiu absorver o conhecimento científico de Cânones da Antropologia. Foi muito importante os diálogos em forma de seminário aluno x professor x aluno, sobre temas relevantes do ploteariado brasileiro e campones. Ao professor, orientador Edmundo Pereira, pelo incentivo a participação da disciplina, Sociedade Camponesa; como contribuição ao estudo: aluno, pesquisador participante em trabalho de base.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>.

ALMEIDA, Mauro W.B.(2007) Narrativas agrárias e a morte do campesinato. Ruris.

Entrevista: Palmeira, Moacir. José Sergio Leite Lopes Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil. <https://www.scielo.br/j/ha/a/sPqBzXKsy94RnQLjZzNw5Jk/?format=pdf&lang=pt>

Entrevista: Palmeira, Moacir. Geísa Mattos - Universidade Federal do Ceará <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/61091/162352>

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Entre cinzas e brasas que resistem: 50 anos de antropologia e lutas políticas. <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/61091/162352>

Moacir Palmeira e suas reflexões diversas no Museu e pelo mundo. <https://harpia.mn.ufrj.br/moacir-palmeira-e-suas-reflexoes-diversas-no-museu-e-pelo-mundo/>

PALMEIRA, Moacir. Feira e Mudança Econômica no Campo 1971.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. Em Peirano, Mariza. O Dito e o Feito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Nuap, 2001. http://www.marizapeirano.com.br/livros/o_dito_e_o_feito.pdf

PALMEIRA, Moacir (1985). "A diversidade de luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: Vanilda Paiva (org.), Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola. pp. 43-51.

<https://www.scielo.br/j/mana/a/SKzCH3j6Ps5F7Z8PVM84vSj/?lang=pt>

SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações". Estudos CEBRAP, Rio de Janeiro: Vozes, n. 26, p. 41-80, 1980 Referências Bibliográficas

WOORTMAN, Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1994. Introdução e Primeira Parte: Teorias do Campesinato e Teorias do Parentesco.

